



Lesada A
Vítima de VBG

Objetivo do caminho: não sofrer mais violência; e/ou sede de justiça (castigo do autor)

Fases do Processo Judicial

[Registo NUC]

INQUÉRITO CRIMINAL

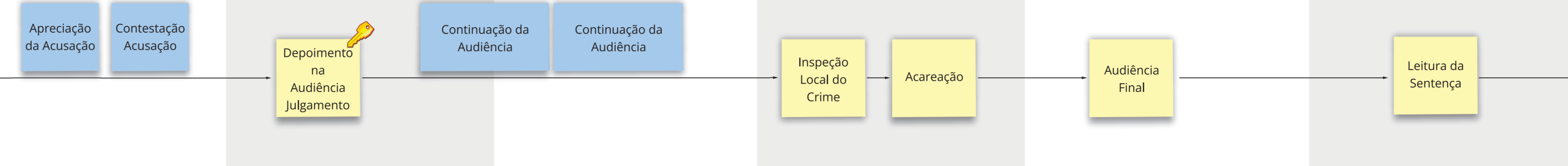
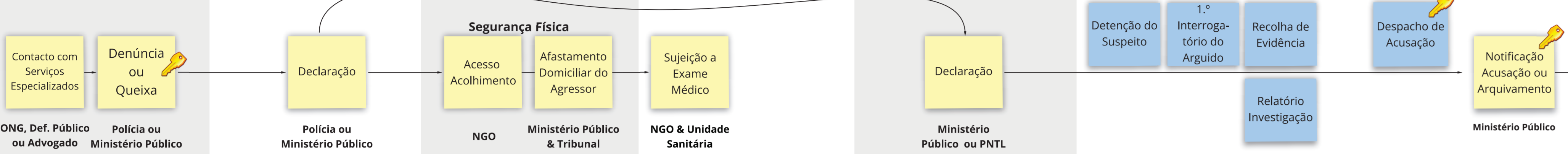
ACUSAÇÃO

JULGAMENTO

RECURSO

EXECUÇÃO SENTENÇA

Passos com Envolvimento da Vítima



Sentimento

Barreiras frequentes para a vítima

	<ul style="list-style-type: none"> Realização de mediação como resolução da disputa, desmotivando a vítima a submeter a informação para as autoridades (mesmo conhecendo da natureza do crime público) Vítima confusa sobre se o processo é facultativo ou não por ser questionada à vítima se quer ou não quer continuar com o caso (apesar de ser crime público) 	<ul style="list-style-type: none"> Desafios para assegurar a confidencialidade dos factos e/ou identidade da vítima Vítima sujeita a estereótipos de género durante a entrevista, reforçando sentimento de culpa e trauma Trauma e medo impactam na capacidade da vítima em prestar declaração coerente 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de ponderação da necessidade pessoal da vítima sobre o acolhimento (dificuldades práticas de prestação de consentimento efetivo) Falta de confiança por parte da família da vítima para prestação de apoio no lar acaba por influenciar a decisão de acolhimento (mais relevante com criança-vítima de violência sexual) Impacto negativo no processo escolar quando do acolhimento de crianças-vítimas "Afastamento" da vítima pode resultar em percepção da comunidade da culpa ser da vítima 	<ul style="list-style-type: none"> Vítima não compreende de forma efetiva o impacto de seu consentimento Inexperiência da vítima em ser sujeita a tratamento médico, resultando em trauma ou dúvidas quanto do objetivo e consequência do exame médico 	<ul style="list-style-type: none"> Medo de ser detida por fazer "alguma coisa errada" (falta de conhecimento sobre o processo e/ou alvo de "ameaças" pelo MP ou polícia) Vítima sujeita a estereótipos de género durante a entrevista, reforçando sentimento de culpa e trauma MP ou oficial justiça responsável pela inquirição "pergunta" à vítima se quer ou não quer continuar com o caso (apesar de ser crime público) 	<ul style="list-style-type: none"> Vítima não recebe informações sobre o andamento do processo e sobre os esforços para a recolha de evidência Potencial de ser alvo de ameaças quando as autoridades recolhem evidência junto a outras pessoas 	<ul style="list-style-type: none"> Vítima não recebe informações sobre o andamento do processo e sobre os esforços para a recolha de evidência Potencial de ser alvo de ameaças quando as autoridades recolhem evidência junto a outras pessoas Vítima sem o conhecimento da possibilidade (e sem acesso a apoio legal) de submeter recurso questionando o arquivamento do inquérito criminal 	<ul style="list-style-type: none"> Entrega da notificação à vítima não assegura a confidencialidade 	<ul style="list-style-type: none"> Vítima recebe notificação da audiência em última hora Longas esperas, adiamento e sem local adequado nas facilidades do Tribunal Falta de sentimento de empatia para com a vítima (ex. amamentação, pausa, necessidade pessoal) Não aceitação acompanhamento de apoio psicossocial à vítima Uso de linguagem estereotipada com base em normas de género negativas Questionamento sobre a história sexual da vítima Falta de conhecimento do processo pela vítima (principalmente quando sem apoio legal) Repetição das perguntas à vítima (método para identificar "mentira") 	<ul style="list-style-type: none"> Dificuldades para o acompanhamento do julgamento (falta de informação, limitação transporte, falta de apoio psicossocial, etc) Cobertura midiática estereotipada ou sem sensibilidade para o assunto de GBV Demora na realização do julgamento (adiamento de audiências) Vítima com receio e vergonha acentuados pela participação de pessoas externas (ex. observadores) quando de audiência fechada ao público 	<ul style="list-style-type: none"> Não participação inspeção do local do crime, ou sem informação clara sobre procedimento, ou limites para assegurar a confidencialidade Uso de acareação quando em crimes sexuais, sem consideração ao sentimento/realidade da vítima 	<ul style="list-style-type: none"> Não participação na audiência quando da declaração final do arguido Sem oportunidade para realizar declarações finais com propósito de assegurar relevância da sentença 	<ul style="list-style-type: none"> Não participação da audiência em que é lida a sentença por não ter informação (quando não acompanhada por serviços especializados) Sem oportunidades claras para realizar um recurso quando da não satisfação da decisão Indemnização sem dar resposta ao sofrimento da vítima Leitura em audiência aberta ao público sem recurso à confidencialidade de dados de identificação/identificáveis Caso crime sem dar resposta à realidade familiar da vítima (regulação poder paternal, divórcio, alimentos, acesso à propriedade do matrimónio, etc) Reintegração da vítima quando em casa de abrigo/acolhimento com desafios (ex. culpa na vítima, alegação de feitiçaria, preocupações constantes sobre a segurança, etc) 	<ul style="list-style-type: none"> Sem oportunidades claras para realizar um recurso quando da não satisfação da decisão Sem conhecimento da existência ou não de recurso (incluindo quando acompanhada por serviço especializado) Processo de recurso frequentemente sem audiência e sem participação da vítima Demora no recurso com dificuldade de compreensão quando sentença condenatória e liberdade do arguido (quando não em prisão preventiva) 	<ul style="list-style-type: none"> Re-traumatização da vítima com renovação da prova Dúvidas sobre a eficiência do processo Longo processo e diminuição do sentimento de justiça Reintegração da vítima quando em acolhimento com limitações 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de compreensão da pena não privativa de liberdade Não recebe a indemnização (e dificuldades em exigir execução da sentença de indemnização) Sem oportunidades de receber apoio financeiro do Estado quando da falta de pagamento de indemnização 	<ul style="list-style-type: none"> Sem conhecimento da liberdade iminente do condenado Medo da iminente libertação do condenado
--	---	---	--	--	---	---	--	---	---	---	---	---	--	--	--	---	---

Barreiras a nível das instituições do sistema de justiça

<ul style="list-style-type: none"> [Polícia] Indisponibilidade da autoridade para receção de denúncia ou queixa (por falta ao trabalho, ação discriminatória, falta de compromisso/interesse, etc) [Polícia] Oferta à vítima se quer continuar com o caso (apesar de ser crime público) 	<ul style="list-style-type: none"> [Polícia/MP] Reprodução incorreta ou incompleta da informação prestada [Polícia/MP] Local para a prestação de declaração não garante confidencialidade e o bem estar da vítima [Polícia/MP] Sem garantias físicas e procedimentais para assegurar a confidencialidade da informação [Polícia/MP] Capacidade limitada em entrevistar vítimas-crianças [Polícia/MP] Falta de compreensão sobre a necessidade de consentimento efetivo da vítima para encaminhar a serviços de apoio 	<ul style="list-style-type: none"> [Polícia/MP] Utilização limitada da medida de afastamento do arguido como a opção preferencial quando de risco para a segurança física da vítima 	<ul style="list-style-type: none"> [MP] Ordem automática para realização de exame médico em casos de violência sexual ou física sem analisar por detalhe os factos e "instrumento" do MP) [MP] Sem tomada de ações para acomodar a realidade da vítima por falta de sensibilidade para com a situação da vítima (medo, confidencialidade, trauma, falta de informação, etc) [MP] Ameaça para deter ou prender a vítima "se não falar a verdade" [MP] Mecanismo de Memória Futura não utilizado efetivamente nos casos de VS para prevenir a "re-vitimização" da vítima 	<ul style="list-style-type: none"> [MP] Não estabelecido rapport/relação de confiança com a vítima (por limitação capacidade, estereótipos e visão da vítima como "instrumento" do MP) [MP] Sem tomada de ações para acomodar a realidade da vítima por falta de sensibilidade para com a situação da vítima (medo, confidencialidade, trauma, falta de informação, etc) [MP] Ameaça para deter ou prender a vítima "se não falar a verdade" [MP] Mecanismo de Memória Futura não utilizado efetivamente nos casos de VS para prevenir a "re-vitimização" da vítima 	<ul style="list-style-type: none"> [MP] Técnica de investigação limitada ou passiva [MP] Falta de delegação de competência à Polícia (delegando ao oficial de justiça a entrevista com vítimas e testemunhas) [MP] Delegação de competência sem identificar a evidência a recolher [MP] Não solicita "relatório social" ao local de acolhimento sobre a assistência prestada à vítima [MP] Decisão de pedido de mandado de detenção sem ponderar o impacto à vítima [MP] Falta de rapport/relação com vítima não permite identificar existência outros crimes (contra a própria vítima ou outra pessoa) [MP/Tribunal] Limitações do enquadramento legal de proteção de testemunha e pouco investimento para sua implementação [MP/Tribunal] Resistência ou falta de compreensão acerca do envolvimento do representante legal da vítima 	<ul style="list-style-type: none"> [MP] Acusação de qualidade limitada (e.g. concurso crime x continuado, qualificação jurídica, descrição dos factos com base em estereótipos, etc) [MP] Pedido de indemnização sem determinação do valor ou com base em mitos sobre consequências do crime [MP] Arquivamento de acusação como consequência da investigação passiva [MP] Notificação da acusação diretamente à lesada (mesmo quando com representação legal), e dificuldades de encontrar a lesada [MP] Resistência ou falta de compreensão acerca do envolvimento do representante legal da vítima 	<ul style="list-style-type: none"> [Tribunal] Análise da aceitação da acusação sem seguir requisitos na lei (ex. determinação de "manifestadamente infundada") [Tribunal] Aceitação de acusação com pouca qualidade coloca o ônus no Tribunal em assegurar o processo irá refletir a seriedade dos crimes alegados 	<ul style="list-style-type: none"> [MP/Tribunal] Quando da confissão pelo arguido, falta de uniformidade do critério para determinar a necessidade de depoimento da vítima [Tribunal] Capacidade limitada em utilizar mecanismos eficazes para o depoimento útil e sem re-vitimização da lesada (repetições) [Tribunal] Capacidade limitada para a tomada de depoimentos de crianças [Tribunal] Sem envolver quando de perguntas ofensivas e estereotipada pela defesa [MP/Tribunal/Defesa] Dúvidas constantes da veracidade do depoimento da vítima quando assistida por representante legal [MP/Tribunal/Defesa] Perguntas sobre história sexual da vítima 	<ul style="list-style-type: none"> [MP/Tribunal] Uso limitado de peritos em área relevante para a VBG [MP/Tribunal] Falta de existência de teste ADN em Timor-Leste [MP/Tribunal] Identificação novas testemunhas durante audiência pois da qualidade limitada da acusação [Tribunal] Decisão de permitir acompanhamento de audiência fechada ao público por pessoas externas sem qualquer consulta com a vítima [MP/Tribunal] Necessidade em modificar a qualificação jurídica do crime [Tribunal] Revelação de factos novos durante o julgamento pois da fraca investigação [Tribunal] Quando da audiência fechada ao público, falta de uniformidade acerca a presença da vítimas/seus representantes [Tribunal] Demora em redigir as atas das audiências [MP/Representante Vítima] Falta de uso de recurso intercalar para assegurar qualidade da acusação 	<ul style="list-style-type: none"> [Tribunal] Inspeção do local do crime utilizado de forma desnecessária ou não utilizada [Tribunal/Defesa] Acareação realizada como maneira para determinar a veracidade da declaração da vítima-mulher (sem critérios jurídicos uniformes e/ou sem considerar vulnerabilidade da vítima) [MP/Rep. Vítima] Falta de prática de recurso intercalar (recurso de subida imediata) para exigir cumprimento com princípios básicos de direitos da vítima 	<ul style="list-style-type: none"> [MP] Alegação final de qualidade limitada, não servindo de apoio para o processo de deliberação do Tribunal [Tribunal/MP] Dificuldade em entenderem a realidade da vítima - desafios em assegurar sentença como resposta para um caso específico (vítima não é dada a palavra ou submete declaração por escrito) [Tribunal/MP] Sem conhecimento sobre o verdadeiro impacto do trauma na vítima [Tribunal/MP/Defesa] Não há discussão sobre a capacidade do condenado em pagar a indemnização 	<ul style="list-style-type: none"> [Tribunal] Sentença dá mais credibilidade à evidência de pessoas do sexo masculino do que feminino [Tribunal] Sentença não considera a síndrome de mulher agredida e dá peso a justificação da violência pelo arguido [Tribunal] Sentença com uso de linguagem estereotipada [Tribunal] Falta de determinação de curso de crimes e/ou incorreto uso de crime continuado [Tribunal] Sentença não inclui novos factos revelados durante julgamento [Tribunal] Pena não reflete a seriedade do crime e incorretamente determina a pena em curso de crimes [Tribunal] Indemnização não reflete a especificidade ao caso, base em normas de género, e não representa reparação [MP/Tribunal] Sem pedido/aplicação de penas acessórias relevantes [MP/Tribunal/Rep. Vítima] Questões de natureza civil-família não apensadas ao processo penal 	<ul style="list-style-type: none"> [Tribunal] Acórdão não é entregue com os autos em tempo útil ou adequado para um rápido pedido de recurso [MP] Petição de recurso com pouca qualidade (principalmente quando proveniente da defesa) [Tribunal/Representante Legal] Dúvidas sobre a legitimidade da lesada em submeter recurso (e poucas tentativas) [Tribunal] Falta de sensibilização para manter a confidencialidade da identidade da vítima no acórdão do Tribunal de Recurso 	<ul style="list-style-type: none"> Mesmos desafios quando da tomada de declaração durante o julgamento 	<ul style="list-style-type: none"> [Tribunal] Sem monitorização da suspensão da pena de prisão [Tribunal] Necessidade de realizar um novo pedido civil para exigir cumprimento do pagamento indemnização (processo executório) [Tribunal] Demora na liquidação da pena traz insegurança à vítima pois fica sem conhecimento sobre a data potencial da libertação do condenado 	<ul style="list-style-type: none"> [Tribunal] Não notificação da vítima sobre a liberdade iminente do arguido (sem qualquer esforço na perspetiva social em assegurar a segurança física e psicológica da vítima quando da libertação do condenado) [Tribunal] Demora na liquidação da pena traz insegurança à vítima pois fica sem conhecimento sobre a data potencial da libertação do condenado
---	--	---	--	---	---	--	--	---	--	---	---	--	---	---	---	--

Documentos de Registo das Etapas Processuais

<ul style="list-style-type: none"> <i>Auto de Notícia (anexo outros documentos recolhidos quando do auto da notícia)</i> 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Guia de Entrega (da PNTL ao MP, se auto de notícia junto à PNTL)</i> 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Despacho do MP para a Abertura do Inquérito Criminal</i> <i>Termo de Identidade e Residência (modelo fixo)</i> 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Protocolo para Examinadores Médicos Legais</i> <i>Pedido de Mandado de Detenção</i> <i>Mandado de Detenção (modelo fixo)</i> <i>Termo de Constituição do Arguido (modelo fixo)</i> <i>Auto do Primeiro Interrogatório</i> <i>Despacho do Juiz sobre Medida de Coação</i> <i>Despacho Apresentação Periódica (modelo fixo)</i> 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Auto da Declaração Lesada (quando na PNTL)</i> <i>Despacho Delegação Competências/Instrução Diligências do MP à PNTL</i> <i>Relatório Final Investigação (quando delegação competências na PNTL)</i> 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Despacho de Acusação (Notificação ao lesado e arguido)</i> <i>Despacho de Arquivamento (Notificação ao lesado e arguido)</i> <ul style="list-style-type: none"> <i>Recurso Hierárquico contra Despacho de Arquivamento (pela lesada ou superior do MP)</i> <i>Despacho sobre Recurso Hierárquico</i> 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Despacho do Tribunal de Recebimento da Acusação (e envio ao julgamento)</i> <i>Contestação à Acusação</i> <i>Marcação de Dia para Audiência julgamento</i> 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Petição de Recurso Intercalar (se aplicável)</i> <i>Acórdão de recurso intercalar/urgente</i> 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Despachos Judiciais dita para o Acta da Audiência</i> 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Acórdão do julgamento</i> <i>Ordem para Liberdade nos casos com arguido em prisão preventiva e sentença de absolvição</i> 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Petição de Recurso</i> <i>Contestação</i> <i>Decisão no âmbito do Recurso</i> 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Petição de Recurso</i> <i>Contestação</i> <i>Decisão no âmbito do Recurso</i> <i>Ordem de prisão (quando da condenação à prisão efetiva)</i> 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Despacho de Liquidação da Pena</i> <i>Ordem de Liberdade</i>
---	---	--	--	---	--	---	---	--	---	--	--	--